

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.384.271 - PR (2018/0278897-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **MARCOS JOHNES FONSECA**
ADVOGADOS : **KARL GUSTAV KOHLMANN - PR036130**
WILSON EDGAR KRAUSE FILHO E OUTRO(S) - PR042135
KARIN KASSMAYER - PR036352
AGRAVANTE : **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR**
ADVOGADOS : **KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE - PR021785**
LUCIANO SILVA DE LIMA E OUTRO(S) - PR063354
AGRAVADO : **OS MESMOS**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO DE MARCOS JOHNES FONSECA NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Marcos Johnes Fonseca contra decisão que não admitiu o processamento do recurso especial.

Inferre-se dos autos que a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná conheceu parcialmente do recurso do ora recorrente e, nessa extensão, deu-lhe parcial provimento, anulando, de ofício, todos os atos praticados após a prolação do despacho saneador, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fls. 373-374):

APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SÃO JORGE – SUPOSTA EMISSÃO DE MAU CHEIRO – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – APRECIÇÃO AGRAVOS RETIDOS – NÃO CONHECIMENTO – AUSÊNCIA INTERESSE RECURSAL – MÉRITO DA INSURGÊNCIA RECURSAL – RESPONSABILIDADE OBJETIVA POR VIOLAÇÃO DE NORMAS SANITÁRIAS – DANO AMBIENTAL INDIVIDUAL RECONHECIDO – CONFIGURAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS POSTERIORES AO DESPACHO SANEADOR. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO. DECLARAÇÃO DE NULIDADE, DE OFÍCIO, DOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS APÓS PROFERIDO O DESPACHO SANEADOR.

1. Versando a questão dos autos não apenas ao dever jurídico de proteção ao meio ambiente, sob o viés da qualidade de vida dos cidadãos, mas também ao próprio direito à saúde, plenamente crível sustentar se tratar de hipótese de dano ambiental individual, tendo por ré a possível poluidora.

2. Ausentes provas concernentes à real situação de fato, diante do julgamento antecipado da lide, ocorrendo, de corolário, o cerceamento de defesa, impedindo a produção de provas requeridas pelas partes, em especial pelo autor, imperioso declarar, de ofício, a nulidade de todos os atos processuais praticados após a prolação do despacho saneador.

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, estes foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, o recorrente apontou violação aos arts. 85, 373, II, 384, 405 e 1.022 do CPC/2015; 3º, IV e 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981; e 6º do CDC.

Sustentou a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

Asseverou que seria necessária a inversão do ônus da prova, em razão da comprovação da verossimilhança das alegações e da sua hipossuficiência.

Alegou que seria cabível a fixação de honorários sucumbenciais.

Defendeu que os elementos juntados aos autos permitiriam o julgamento de mérito a ele favorável.

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso com base na ausência de negativa de prestação jurisdicional e na incidência do enunciado n. 282 da Súmula do STF (e-STJ, fls. 675-677).

Agravo apresentado às fls. 685-694 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado de que cabe à parte agravante, nas razões do agravo em recurso especial, trazer argumentos para contestar a decisão do Tribunal de origem que inadmitiu o recurso, justificando, tese a tese, o cabimento do apelo nobre, conforme determina expressamente o art. 932, III, do CPC/2015.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO SUBSCRITO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA Nº 115/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC.

(...)

2. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo.

3. Agravo regimental conhecido em parte e, na parte conhecida, não provido.

(AgRg no AREsp n. 321.387/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/2/2015, DJe 12/2/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, DO CPC/73. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. MULTA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Incumbe ao relator não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, inciso III, do CPC/2015).

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 941193/SP, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 23/11/2016)

No caso, o agravante contestou o fundamento relativo à ausência de negativa de prestação jurisdicional, não impugnando especificamente a incidência do enunciado n. 282 da Súmula do STF.

Incontestável, portanto, que não houve impugnação específica de todos os fundamentos da decisão ora agravada, circunstância que impede o conhecimento do agravo, conforme o disposto pelo art. 932, III, do CPC/2015.

Diante do exposto, não conheço do agravo em recurso especial interposto por Marcos Johnes Fonseca.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator